

EDITORIAL

Adeus ao trabalho?

Editorial mostra que o fim do Ministério do Trabalho anunciado pelo governo Bolsonaro representa risco de retrocesso nas relações trabalhistas. A pasta – cuja função foi definitivamente sepultada pelo governo Temer – foi criada em 1930 por Getúlio Vargas e foi protagonistas em alguns momentos da República. **Página 3**

O criador do Ministério do Trabalho >>>



Jornal do Sintufjr

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Ano XXV - Nº 1274

10 a 16 de dezembro de 2018

www.sintufjr.org.br

Cresce desigualdade no Brasil



Relatório da organização não governamental Oxfam Brasil mostra que o país ficou mais desigual nos últimos dois anos. Pesquisa do IBGE também confirma o aumento da pobreza: mais de 15 milhões vivem com menos de US\$ 2 por dia. **Página 4**

Escola sem mordaza

Página 5

O tempo não para

Página 7

Epidemiologista da UFRJ alerta para risco da febre amarela

Página 6

Tudo pronto para maior festa da história do Sintufjr

Página 8

INSALUBRIDADE

Sintufrj prepara laudos técnicos das unidades do CCS

Foto: Renan Silva

O Instituto de Bioquímica Médica (IBqM) foi a primeira unidade do Centro de Ciências da Saúde (CCS) a receber a equipe de especialistas do Sintufrj para mapeamento das condições de segurança e saúde dos servidores no ambiente de trabalho, cujos resultados indicarão o pagamento ou não do adicional de insalubridade, e solução dos problemas.

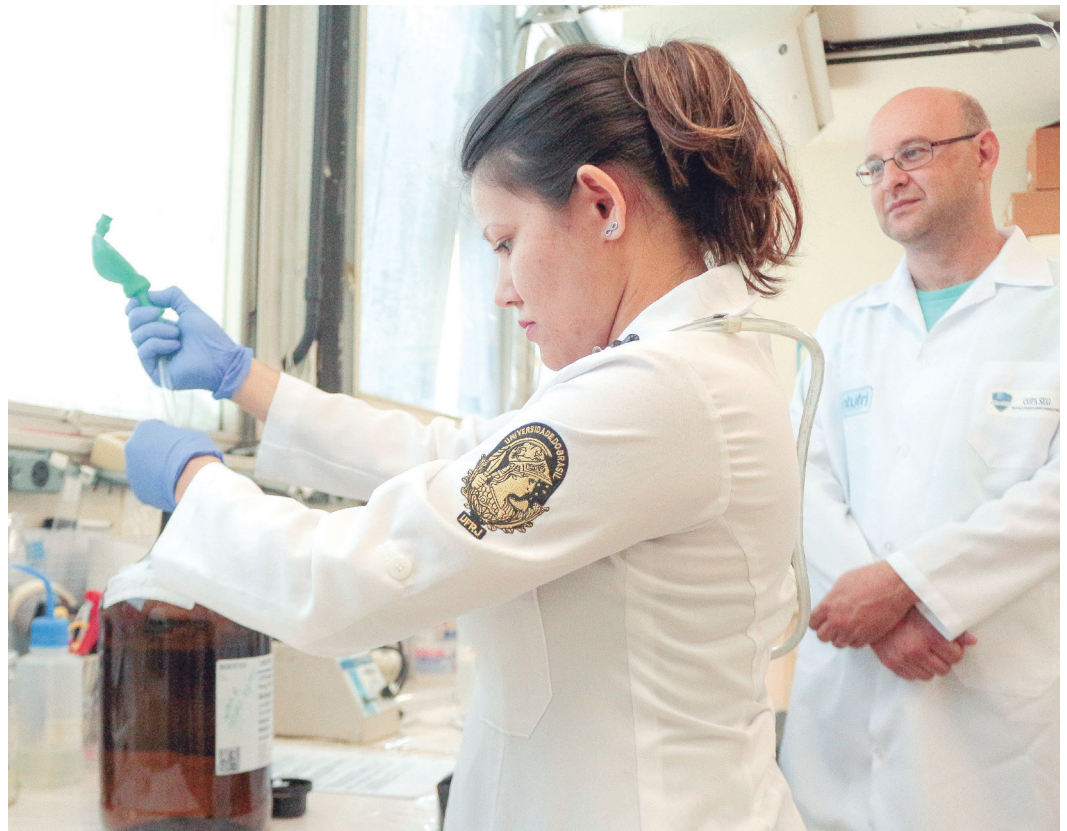
Há seis meses o Sindicato realiza esse levantamento nas unidades da UFRJ para elaboração de laudos técnicos e relatórios sobre insalubridade. O trabalho no CCS começou há dois meses, e pelo IBqM, com a pesquisa qualitativa – levantamento sobre as condições de trabalho por meio de questionários e visitas técnicas –, que antecede a pesquisa quantitativa.

Finalidade – A etapa realizada no dia 4, no IBqM, consistiu na coleta de amostras de diversos

produtos químicos e de sua dispersão no ar em 15 laboratórios da unidade. Tais amostras vão mensurar a quantidade de produtos que estão sendo inalados pelos trabalhadores. O material coletado será enviado a um laboratório especializado.

De acordo com o assessor técnico em segurança do trabalho do Sintufrj, Rafael Borher, a análise dos materiais indicará se a dispersão dos produtos está dentro dos limites de tolerância estabelecidos pela legislação trabalhista. Se não estiverem, serão solicitadas medidas de adequação à direção da unidade e à Reitoria, e o pagamento do adicional de insalubridade para os trabalhadores.

A análise das amostras leva de 10 a 15 dias para ficar pronta. Em seguida a equipe de especialistas do Sintufrj prepara o laudo técnico e o encaminha à unidade.



COLETA de amostras de ar: Jéssica, técnica do laboratório do IBqM com a bomba de amostragem sendo observada pelo engenheiro do trabalho Renzo Mannarino, da equipe do Sintufrj

GIRO BRASIL

Calote nos trabalhadores

O número de empresas autuadas por não pagar o 13º dos trabalhadores cresceu 96% entre 2013 e 2017 em todo o país. Em 2017, 2.588 empresas foram multadas. Os auditores fiscais do Trabalho lavraram 3.655 autos de infração em 2017, um aumento de 106%.

São Paulo liderou o ranking do calote no 13º com 359 estabelecimentos autuados (144% a mais do que em 2013), sendo seguido pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Já os autos de infração lavrados aumentaram 148% entre 2013 e 2017, passando de 223 para 555.

Movimentação financeira suspeita

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) encontrou uma movimentação atípica de R\$ 1,2 milhão na conta corrente do policial militar Fabrício José Carlos de Queiroz, ex-assessor parlamentar III do deputado estadual e senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), filho mais velho do presidente eleito, Jair Bolsonaro, também do PSL.

Até 15 de outubro, Fabrício atuou como motorista e segurança de Flávio, quando foi exonerado a pedido, e recebia R\$ 8.517 mensais, segundo a folha de pagamento da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). O documento do Coaf foi

anexado pelo Ministério Público Federal (MPF) à investigação da Operação Furna da Onça, realizada no mês passado e que levou à prisão 10 deputados estaduais da Alerj.

Primeira-dama – Uma das transações na conta do assessor de Flávio Bolsonaro citadas no relatório do Coaf é um cheque de R\$ 24 mil destinado a Michelle Bolsonaro. A compensação do cheque em favor da mulher de Jair Bolsonaro aparece na lista sobre valores pagos pelo PM. Entre 2016 e 2017, o Coaf também encontrou cerca de R\$ 320 mil em saque na conta de Fabrício. (Agência Brasil/CUT)



CNPJ: 42126300/0001-61
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
Rio de Janeiro - RJ
Cx Postal 68030 - Cep 21941-598

EXPEDIENTE

Coordenação de Comunicação Sindical: Kátia da Conceição (in memoriam), Luiz Otávio Silva e Marisa Araujo / **Conselho Editorial:** Coordenação Geral e Coordenação de Comunicação / **Edição:** Ana de Angelis e L. C. Maranhão / **Reportagem:** Ana de Angelis, Eliane Amaral e Regina Rocha / **Estagiários:** Lucas Azevedo e Giulia Oliveira / **Projeto Gráfico:** Jamil Malafaia / **Diagramação:** Edilson Soares e Jamil Malafaia / **Fotografia:** Renan Silva / **Revisão:** Roberto Azul / **Tiragem:** 3.500 exemplares / *As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Sindical* / **Impressão:** 3graf (21) 3860-0100.

FALE COM A REDAÇÃO: comunic@sintufrj.org.br / Telefone: 21 3194 -7112 / 7146 - **RECEPÇÃO DO SINTUFRJ:** Telefone: 21 3194-7100 / 7101

EDITORIAL

Adeus ao trabalho?

Fim do MTE aponta risco de retrocesso nas relações trabalhistas a um padrão pré-1930

Depois de algumas idas e vindas, finalmente o governo eleito se decidiu: o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) vai mesmo acabar. Sua estrutura, fatiada em três pedaços, será distribuída pelos ministérios da Economia, da Justiça e da Cidadania, ocupados, respectivamente, por Paulo Guedes, Sérgio Moro e Osmar Terra.

O anúncio – formalizado pelo futuro chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni – dá sinais bastante concretos sobre os rumos do governo eleito. Apesar de apresentada como uma medida “simbólica”, o fim do Ministério do Trabalho indica, na prática, uma disposição de reversão histórica das garantias políticas e institucionais conquistadas pelos trabalhadores brasileiros.

Não é mera coincidência que, apenas 24 horas após o anúncio, o presidente eleito Jair Bolsonaro tenha declarado que “é muito difícil ser patrão no Brasil”. Desde 2016, com a reforma trabalhista, as discussões sobre a reforma da Previdência e ataques à organização sindical, está em curso um processo de redução estrutural do custo do trabalho e de proteção dos lucros e interesses do empresariado brasileiro. Com o desmembramento do MTE, este processo ganha um impulso significativo, desequilibrando ainda mais as relações entre capital e trabalho.

Segundo Lorenzoni, o Ministério da Economia passará a gerir o FGTS e o FAT – cerca de R\$ 800 bilhões em recursos, atualmente utilizados em programas sociais e obras de infraestrutura. Sobre o FGTS, o futuro ministro Paulo Guedes já defendeu abertamente a sua extinção; sobre o FAT, existe a possibilidade de uma reforma: a equipe de Temer sugeriu ao novo ministro que acabe com o abono salarial pago a quem ganha até dois salários mínimos.

Já Moro e Terra responderão pelos pedaços que sobraram do

MTE: o juiz será responsável pela área sindical (concessão de registros, por exemplo); e o ex-ministro do governo Temer herdará as políticas de formação profissional, incluindo a economia solidária. É razoável supor que, de um lado, teremos autoritarismo na relação com os sindicatos e, do outro, corte das já insuficientes iniciativas de qualificação. Ainda não se sabe quem ficará com as

funções de fiscalização das condições de trabalho, dor de cabeça de empresários e ruralistas interessados em aprofundar relações de semiescavidão.

O risco, desde já anunciado, é de um retorno à selvageria: extintas as mediações, desprovida de qualquer proteção, a classe trabalhadora brasileira ficará à mercê do subemprego, contando com sindicatos fragilizados e sem amparo da Justiça do

Trabalho. Nas palavras de Bolsonaro, que já declarou que seu governo pode fazer uma nova reforma trabalhista, “o trabalhador tem que escolher se quer direitos ou emprego”. Está dada a senha para a barbárie do mercado aumentar a exploração econômica e a submissão política dos trabalhadores e trabalhadoras. A sede de sangue dos vampiros do capital parece não ter fim.



SÉRGIO MORO. Prendeu Lula e ganhou a compensação



PAULO GUEDES. Conhecido vigarista do mercado financeiro



OSMAR TERRA. Foi ministro de Temer. Isso diz tudo

Fotos: Internet

Glória e decadência

Foto: CPDOC/FGV



NUM MÊS DE 1953, João Goulart toma posse como ministro do Trabalho

O Ministério do Trabalho foi criado por Getúlio Vargas em 1930, no âmbito das mudanças voltadas para o surgimento de um Brasil urbano e industrial. Ganhou protagonismo político em alguns momentos da República, especialmente a partir do início do segundo governo Vargas, em 1950. João Goulart, que viria a tornar-se presidente (depois derrubado pelo golpe de 1964), ocupou a pasta no período. Almino Afonso foi ministro do Trabalho no governo Goulart. Nos 21 anos da ditadura, o Ministério do Trabalho perdeu relevância. E nos governos pós-redemocratização, não recuperou o seu prestígio. Temer incumbiu-se de enterrar definitivamente a reputação da pasta.

Brasil, 9º país mais desigual do planeta

A piora na desigualdade da renda está de volta, resultado da desconstrução de políticas que melhoraram a vida dos pobres

Entre 2016 e 2017, a redução da desigualdade de renda no Brasil foi interrompida pela primeira vez nos últimos 15 anos, como mostra o relatório “País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras 2018”, divulgado no dia 26 de dezembro pela organização não governamental Oxfam Brasil.

A estagnação fez com que o Brasil caísse da 10ª para 9ª posição de país mais desigual do planeta, no ranking global de desigualdade de renda de 2017.

A onda de desemprego reduziu a renda geral, sobretudo entre os mais pobres. Houve aumento da desigualdade na renda do trabalho, aumento da pobreza e estagnação da equiparação de renda entre os gêneros, e recuo na equiparação de renda entre negros e brancos.

Retrocesso

A distância entre os mais ricos e os mais pobres vinha diminuindo há 15 anos no Brasil (desde 2002), conforme o índice de Gini de rendimentos totais per capita medido pelas Pesquisas Nacionais por Amostra de



PAÍS DOS PRIVILÉGIOS. A obscena desigualdade social expressa no padrão de moradia nas grandes cidades brasileiras

Domicílios (Pnads-IBGE). Mas em 2017 o país voltou ao patamar de 2012.

Para o autor do relatório e coordenador de campanhas da organização no Brasil, Rafael Georges, em entrevista à Agên-

cia Brasil, o país está tendo que aprender a “dura lição” de que conquistas sociais se perdem muito rapidamente.

“Em 2017, nós voltamos para os mesmos níveis de 2012 em termos de porcentagem da

população na pobreza. Em dois anos, voltamos cinco. Esse movimento nos lembra que é importante adotar medidas estruturais. O Brasil aprendeu a combater a desigualdade por meio do incremento de renda, o que é

importante, mas renda não é tudo. É importante garantir uma infraestrutura social por meio da oferta de serviços de saúde e educação, principalmente, com aumento de investimentos nessas áreas”, analisa Georges.

Relatório aponta que o aumento real do salário mínimo e a revogação da lei do teto dos gastos, que reduz investimentos na área social, são caminhos para a redução das desigualdades

Temer serviu aos ricos

O economista Marcio Pochmann, professor do Instituto de Economia da Unicamp, em artigo para a Rede Brasil Atual, explica que após o golpe de 2016 e as reformas do governo Temer contra os pobres e os segmentos de rendimentos intermediários o favorecimento aos mais ricos aumentou.

Em 2004, estudo de economistas publicado no livro *Os ricos no Brasil* informava que somente 0,001% das famílias brasileiras concentra-

vam 40% de todo o estoque da riqueza nacional.

Já um estudo de 2017 – “Desigualdade extrema e persistente”, de M. Morgan, cuja pesquisa foi feita entre 2001 e 2015 – indica que a desigualdade havia caído para o conjunto dos pobres e dos segmentos de renda intermediária, isto é, para aqueles que sustentam dos rendimentos do trabalho e das políticas públicas (pensões, aposentadorias e bolsas), mas manteve a renda extremamente elevada nos detentores do capital.

Desigualdade caiu nos anos 2000

Segundo Pochmann, os dados censitários e das Pesquisas Nacionais por Amostra de domicílios (Pnads), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que nos anos 2000, ao contrário da década de 1990, a desigualdade de renda caiu significativamente com o avanço de políticas para melhorar a vida dos pobres e daqueles com renda intermediária.

“Quando as políticas públi-

cas começavam a desenhar uma ação para atacar a desigualdade extrema do capital, o condomínio de interesses em torno do Projeto para o Futuro destituiu a presidenta democraticamente eleita. No seu lugar, emergiram as reformas contra os pobres e os segmentos de rendimentos intermediários, o que tem favorecido ainda mais as rendas do capital”, diz Pochmann, concluindo: “Mas isso os estudos recentes não mostram.”

Aula aberta debate educação democrática

Docentes organizam atividade para refletir sobre a liberdade de crítica em tempos de tentativa de escola com mordação

Em tempos de Escola sem Partido e ameaça à liberdade de expressão e de ensino em escolas e universidades, o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ realizou, na quarta-feira, 5, uma aula aberta sobre educação democrática.

A iniciativa foi de um grupo de professores da Faculdade de Educação com o objetivo de provocar a reflexão sobre a liberdade de difundir o pensamento crítico e em apoio à professora Amanda Mendonça, cujas aulas foram gravadas e postadas na internet sem sua autorização.

“Agradeço todo o apoio que tenho recebido, mas essa aula é para mostrarmos que é possível um confronto de visões diferentes. E isso é saudável e enriquecedor. Precisamos organizar mais eventos como esse, onde haja espaço para a crítica acontecer”, disse Amanda aos presentes à aula aberta a estudantes, professores (inclusive de colégios federais e estaduais), técnicos-administrativos da universidade, entre outros.

Povo distante

A preocupação de Amanda é o debate sobre educação estar ocorrendo ao largo da população. Ela citou como exemplo a própria aula especial que estava sendo ministrada no IFCS, ao mesmo tempo que era realizada no Congresso Nacional uma audiência pública para discutir a proposta da Escola sem Partido. E lembrou que em 2019 a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC)



Foto: Renan Silva

RODA DE CONVERSA plural no IFCS na defesa da democracia

vai entrar em vigor, mas poucos sabem disso.

“Para nós, parece óbvio e fácil nossas palavras e argumentos, mas não é tão simples quanto parece fazer esse diálogo. Como a gente dialoga e transforma nossos argu-

mentos de forma a fazer com que a maioria entenda o que defendemos ou a importância disso? Quando falamos em educação democrática, é preciso pensar nossa comunicação para fora”, afirmou a professora.

Sintufjr defende unidade

A coordenadora de Educação, Cultura e Formação Sindical do Sintufjr e técnica em assuntos educacionais do IFCS, Damires França, compartilhou com os presentes a preocupação do Sindicato em relação ao cerceamento das liberdades democráticas nos tempos atuais. Segundo a dirigen-

te, há necessidade de união entre os segmentos da comunidade universitária da UFRJ para criar estratégias de enfrentamento na atual conjuntura. Os professores da Faculdade de Educação Anita Handfas e Luiz Antonio Cunha provocaram os presentes a refletir sobre os últimos acontecimentos.

Entenda o caso

No início de novembro, Amanda Mendonça foi informada por alunos da sua turma no IFCS que um estudante estava gravando aulas de diferentes disciplinas e postando na internet. O fato foi levado por ela à direção da Faculdade de Educação (sua unidade), ao IFCS e à Adufrj, e chegou ao Conselho Superior de Coordenação Executivo e ao Conselho do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH).

Ouvida pelo **Jornal do Sintufjr**, a ouvidora-geral da UFRJ, Cristina Riche, disse que a autonomia universitária é garantia constitucional que não pode ser desconhecida, desvalorizada ou desconsiderada. E orientou que questões como essa devem ser levadas primeiramente ao conhecimento de departamentos e congregações, respectivamente.

Mas, preventivamente, ela

recomenda que é importante dar ciência a todos sobre o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF), que reafirma a autonomia universitária e a liberdade de cátedra.

A ouvidora cita ainda a recomendação da Defensoria Pública da União aos reitores, datada de 26 de outubro, que assegura a livre iniciativa do corpo docente, discente e técnico-administrativo na promoção e efetivação do princípio da autonomia universitária referente a qualquer tipo de manifestação de ideias, independentemente de posição político-ideológica.

A ouvidora propõe que, na divulgação dos programas e disciplinas, os alunos sejam informados que tem que haver autorização do professor para gravar uma aula ou copiar um slide, porque envolve direito autoral e há limites legais.

Medronho alerta para expansão de ocorrências de febre amarela

Médico epidemiologista e especialista em saúde coletiva diz que vacinação é essencial para impedir a propagação

O diretor da Faculdade de Medicina da UFRJ, Roberto Medronho, especialista na área de saúde coletiva e em epidemiologia, disse que a ocorrência de febre amarela silvestre tem se acentuado, exercendo pressão sobre os grandes centros urbanos.

De acordo com o epidemiologista, a urbanização da doença depende de vários fatores, e para isso contribui o fato de parte da população ainda não estar vacinada, portanto, suscetível.

O risco é ampliado, segundo Medronho, diante da dificuldade de controle da proliferação do *Aedes aegypti* (que transmite a forma urbana da doença).

Roberto Medronho manifestou sua preocupação com o número de pessoas não vacinadas. “Não conseguimos alcançar a cobertura (vacinal) recomendada pela Organização Mundial da Saúde”, constata.

O médico acrescentou que a situação fica ainda mais crítica com a crise no sistema de saúde do estado, que é agravada pela crise na atenção básica no município, o que impacta nas iniciativas de prevenção.

Vacina

“A população não tem procurado a vacina como deveria. Ela é segura e eficaz”, diz o especialista, reiterando, no entanto, que eventos sérios decorrentes da vacina são raríssimos, em contraste com a

forma de evolução da doença, que é muito grave.

“A chance que temos de evitar a urbanização da febre amarela é vacinando a população. Com as pessoas imunizadas, a febre não vai atingir o homem, mesmo que este adentre florestas e seja picado pelo mosquito.

“Para diminuir o risco de propagação, tem que vacinar agora”, orienta Medronho, acrescentando que a vacinação tem dois efeitos: proteção individual e coletiva – o grupo vacinado protege o indivíduo que, por questões de saúde, não pode se vacinar.



Foto: Renan Silva

CVA, no CCS, no Fundão, aberto de segunda a sexta-feira, vacina contra a febre amarela

Doença já matou 84 pessoas só este ano no estado

Os números são relevantes. Em 2018, a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro registrou 262 casos confirmados de febre amarela silvestre em humanos em 32 municípios, com 84 mortes. Os municípios com maior incidência são Angra dos Reis, com 56 casos e 15 mortes; Valença, com 40 casos e 6 mortes; Teresópolis, com 23 pessoas doentes e 8 mortes; Nova Friburgo, com 16 casos e 4 mortes e Duas Barras, com 14 casos e duas mortes.

Com a chegada do verão, chuva e calor típicos da estação oferecem condições favoráveis para a proliferação de mosquitos. Em áreas recém-afetadas com grande contingente populacional, como as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, existe grande número de pessoas que não se vacinaram.

Recomendação

De acordo com especialistas, todas as pessoas devem se vacinar, especialmente no Rio de Janeiro,

porque tem as maiores florestas urbanas do mundo.

Os mosquitos *Haemagogus* e *Sabethes* (que transmitem a forma silvestre da malária) são comuns, inclusive em bairros que têm limite com áreas de matas. O *Aedes aegypti*, no entanto, que existe em toda parte, pode causar a transmissão da febre amarela na forma urbana, embora, de acordo com o Ministério da Saúde, desde a década de 1940, o Brasil não registre casos desse tipo.

SERVIÇO

CVA vacina na UFRJ

No Centro de Vacinação de Adultos (bloco L do CCS), no Fundão, pessoas com 15 anos de idade ou mais podem se vacinar contra a febre amarela, de segunda a sexta-feira, das 8h às 13h.

A vacina não deve ser aplicada em gestantes e em pessoas com alergia grave à proteína do ovo e portadoras de doenças de baixa imunidade. Quem tiver algum comprometimento imunológico deve solicitar avaliação do médico e apresentá-la por escrito.



O tempo não para

Parceria entre o Sintufjr e o Laboratório de Informática para Educação (Lipe), da UFRJ, amplia perspectivas do cotidiano de aposentados e pensionistas

A vida da aposentada Marinês Vitariano da Cruz e Souza mudou depois que passou a frequentar as aulas do Curso de Apropriação da Cultura Digital, no Centro de Tecnologia (CT). “Foi como se eu tivesse tirado uma venda dos olhos. Vocês imaginam que eu agora encontro o meu contracheque na internet, e até fiz meu check in quando viajei?” –, comentou a auxiliar de enfermagem da UFRJ.

O aposentado Roberto Bonfim, 76 anos, não só aprendeu a acessar os recursos do computador, como também a navegar pelo display eletrônico do celular.

“Meu modo de vida está totalmente diferente, mas como quero saber mais, vou continuar no curso”, disse ele.

Esse é o resultado prático da parceria entre o Sintufjr e o Laboratório de Informática para Educação (Lipe) em benefício dos aposentados e pensionistas.

No dia 3, a primeira turma concluiu seu aprendizado e foi diplomada, um feito comemorado com entusiasmo e emoção. Afinal, é difícil viver num mundo cada vez mais digital sem dominar noções básicas de informática. A direção sindical atentou para isso e buscou uma solução.

Iniciativa exitosa

“Mais importante que aprender uma linguagem de computador é a relação humana; este laboratório é construído por todos”, definiu a razão social do Lipe o professor do curso Antônio Claudio Gomez de Souza.

O laboratório também de-



Foto: Renan Silva

APOSENTADOS e pensionistas do Sintufjr e moradores da Vila Residencial festejam conclusão do curso de cultura digital

envolve outras atividades de extensão, inclusive com escolas públicas. Aqui no Fundão, ministra informática básica para os trabalhadores da UFRJ e para a comunidade da Vila Residencial, e agora para os aposentados e pensionistas encaminhados pelo Sintufjr.

Um dos responsáveis pelo curso, e que também responde pela coordenação pedagógica do projeto, junto com outros profissionais, é Gilmar Constantino de Brito Junior. De acordo com ele, a iniciativa só está dando certo graças à dedicação de toda a equipe de trabalho, que inclui os técnicos-administrativos Ricardo Julian, Claudia Marques e Rejane Gadelha. “É uma grande comunidade de pessoas voltadas para a formação”, afirma.

Primeira turma

A Coordenação e o Departamento de Aposentados e Pensionistas do Sintufjr foram representados na solenidade de formatura pelas companheiras Maria Sidônia dos Santos Lira e Leila Castro.

“É muito importante para quem se aposenta se engajar em alguma atividade, por isso é muito importante o trabalho realizado pelo Lipe”, destacou Leila.

“Como coordenadora de Aposentados e Pensionistas, convido todos a participar das oficinas e deste projeto de inclusão digital que o Sintufjr faz parte”, disse Sidônia.

Veja quem está ingressando no mundo digital

“Conheci o Lipe pelo **Jornal do Sintufjr** e agradeço aos professores pela paciência, porque depois de certa idade o aprendizado é mais lento”, disse a enfermeira **Maria Heloisa Monteiro Resende**.

A aposentada Dorvalina Ponciana de Brito, acompanhada do neto Nicolas e do marido, **Joel José Alves**, servidor do IPPMG e que também fez o curso, foi uma das que mais comemorou a conquista do diploma de inclusão digital. “Agora não dependo mais de filhos para acessar o computador”, festejou. “Antes das aulas, eu via informática como um bicho de sete cabeças. Não é nada disso”, garante Joel.

“Com este diploma, não somos mais analfabetos digitais. Para nós é como se fosse o mestrado”, disse o marceneiro aposentado **Antônio Irineu**.

Confraternização de fim de ano 2018

25 anos

Sintufjrj
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Entre abraços fraternos, preparamos a luta.

GESTÃO 2017 A 2020

Passo a passo da festa

Companheira e companheiro, leia com atenção as informações abaixo.

Convite:

- 1 - O convite é pessoal e intransferível e, em caso de perda, não será substituído.
- 2 - O convite estará disponível para os sindicalizados que fizeram a inscrição no site do Sintufjrj nos seguintes dias, locais e horários:
 - Sede do Sintufjrj, no Fundão – de sexta-feira, 7/12, a terça-feira, 11/12, das 9h às 17h.
 - Subsede na Praia Vermelha – de sexta-feira, 7/12, a terça-feira, 11/12, das 10h às 18h.
 - Subsede no HU – de sexta-feira, 7/12, a terça-feira, 11/12, das 8h às 17h.

Passaporte:

Os passaportes somente serão entregues no dia da festa mediante apresentação do convite e de documento com foto, nos seguintes locais e horários, de acordo com a opção feita no ato da inscrição:

- Sede do Sintufjrj, no Fundão – das 9h às 12h.
- Subsede na Praia Vermelha – das 9h às 12h.

Ônibus do Sintufjrj

- **Ida** – Os ônibus sairão da sede do Sintufjrj e da subsede na Praia Vermelha, das 10h às 12h.
- **Retorno** – A saída dos ônibus do local da festa será a partir das 17h e com todos os lugares ocupados.

Importante: Os ônibus não farão paradas até a chegada na sede do Sintufjrj, no Fundão, e/ou na subsede na Praia Vermelha.

A maior festa da história do Sintufjrj – três mil companheiras e companheiros se inscreveram!